

O compromisso

Acesse: www.sindsepm.org.br



PRA CIMA DELES!

**Jornada de lutas 2020
prevê greve em março**

Página 2

ARTIGO

**Fim da estabilidade
é imprescindível?**

Página 4

GOLPE

**Associação tenta
enganar sucaneiros**

Página 3



XIII CONCONDSEF

Servidores constroem unidade histórica

Com chapa única,
Condsef/Fenadsef define
direção da entidade para
os próximos quatro anos e
aponta calendário de lutas
já a partir de janeiro.

Fotos: Imprensa Condsef



Foi a primeira vez em 29 anos que a maioria dos federais constrói uma chapa unificada e consolida a unidade entre os servidores do Executivo. O XIII Concondsef e IV Confenadsef terminaram no domingo, 15, com a tarefa de construção da resistência contra ataques aos servidores e na luta em defesa dos serviços públicos brasileiros. Reconduzido ao cargo, o secretário-geral

da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva, destacou a importância desse momento histórico. "A construção dessa unidade será fundamental para enfrentarmos os desafios que não são poucos e estão sendo impostos a nós e ao serviço público brasileiro".

Cerca de 500 representantes de dezenas de categorias do setor público participaram de três dias de debate. Além de definir a direção da maior en-

tidade representativa de servidores federais da América Latina, a atividade apontou um calendário de lutas que culmina com a participação dos servidores na greve geral convocada por centrais sindicais no dia 18 de março. Antes, a partir de janeiro, a Condsef/Fenadsef e suas filiadas organizam atividades e marcam presença no Congresso onde acompanham tramitação de diversos projetos que afetam o setor público.

A reforma Administrativa, que teve sua apresentação adiada pelo governo para 2020, está entre esses projetos. "Vamos marcar presença também nas reuniões dos fóruns que unificam os servidores, da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços Públicos. Não vamos descansar e estaremos nas ruas contra esse projeto de desmonte do Estado", acrescentou Sérgio. (Fonte: Condsef)



Desejamos aos nossos servidores de luta, um Natal repleto de boas energias e que no ano que se inicia traga muito amor e felicidade.

São os votos dos funcionários e da diretoria do Sindsep-MT.

NÃO TEM ARREGO

Agenda de lutas prevê greve geral para março

Categoria tem tarefa de barrar os ataques sistemáticos que desmontam setor público

O dia nacional de lutas com greve geral apontado pelas centrais sindicais para 18 de março não é a única atividade já confirmada na agenda de lutas da classe trabalhadora. No caso da maioria dos servidores federais, que concluíram congresso da categoria nesse fim de semana, janeiro já começa com um calendário. A orientação da Condsef/Fenadsef, reforçada pela representação de suas entidades filiadas em todo o Brasil, é promover um diálogo permanente ao longo do mês de janeiro com parlamentares que retornam para suas bases no recesso do Congresso Nacional. Além da reforma Administrativa, a categoria tem a tarefa de barrar os ataques sistemáticos que desmontam setor público.

"Não há zona de conforto para ninguém nesse momento e precisamos estar preparados para enfrentar os desafios que já estamos e vamos seguir enfrentando", reforçou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação, reconduzido ao cargo na direção que vai representar a maioria dos federais pelos próximos quatro anos. A intenção é já abordar e buscar apoio de deputados e senadores para preparar o retorno do recesso. O trabalho de força tarefa para acompanhar de perto a tramitação dos diversos projetos que afetam servidores e serviços públicos seguirá em Brasília.

Ainda em janeiro, no dia 24, dia do aposentado, está prevista uma atividade em defesa dos aposentados e pensionistas do setor público que correm riscos de sofrerem aumento para 14% na sobretaxa que já é descontada de seus salários que já sofrem redução assim que se aposentam, pois ativos e aposentados não fazem jus a paridade. Assim como na iniciativa privada, já não é de agora que a categoria só pode se aposentar pelo teto do

INSS, apesar de não ter direito, como é o caso dos trabalhadores com carteira assinada, ao FGTS.

Vale lembrar que mais de 60% do total de servidores do Executivo na ativa já possui salário menor que o teto do INSS, registrado em pouco mais de R\$5.800. Os que recebem acima disso tem, hoje, possibilidade de ingressar no Funpresp, fundo de previdência complementar criado para servidores, mas que pela reforma da Previdência tem chances de também ser privatizado. Portanto, o cenário ainda é de possibilidade de retirada de direitos com imposição do aumento de alíquotas cobradas de aposentados e outras perdas. Para debater todos esses pontos, a Condsef/Fenadsef deve convocar um encontro setorial dos servidores aposentados de sua base para a mesma data em janeiro.

Mais atividades - Em fevereiro a Condsef/Fenadsef também participa no dia 12 de uma atividade conjunta de servidores no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. A entidade deve convocar também a primeira reunião do seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) e na ocasião reforçar a agenda de atividades, de resistência e luta dos servidores para 2020. Na ocasião, o calendário de encontros setoriais da base da Confederação também deve ser apontado.

Na agenda já confirmada, a Condsef/Fenadsef também participa de atividade no dia 8 de março que marca o *Dia Internacional da Mulher*. As mulheres estão justamente entre as mais atingidas pela retirada de direitos com a reforma da Previdência. Todas essas atividades serão oportunidade para reforçar a unidade e mobilização em torno do dia nacional de luta com Greve Geral apontado para o dia 18 de março. (Fonte: Condsef)

TONINHO DO DIAP

"Reforma administrativa já está acontecendo"

No Painel de Debate sobre Conjuntura e os Desafios para a Classe Trabalhadora, Antônio Augusto de Queiroz (foto), do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), lembrou que a bancada sindical do Congresso foi dizimada nas últimas eleições, enquanto a dos evangélicos, dos ruralistas, por exemplo, aumentaram consideravelmente. "Esse ambiente é preocupante, pois a democracia nos trouxe uma gama de direitos que

agora estão sendo retirados". Para ele, este é o pior momento desde a redemocratização, pois nunca o Estado foi tão desmontado. "Nos últimos anos, aumentou o número de emendas aprovadas que diminuem o tamanho do Estado", declarou ele.

Antônio salientou que a Reforma Administrativa não tem o mesmo apelo com a sociedade como teve a da Previdência, então as entidades representativas dos servidores deverão ser muito combatidas. E para ele, uma reforma administrativa já está em sendo feita através dessas medidas.

A PEC 188 referente ao pacto federativo, que tem seis eixos principais, entre eles o que propõem acabar com inúmeros municípios do Brasil; e a PEC 186 que congela promoções e progressões foram citadas por Antônio. "Caso essas propostas passem, sobrar pouca coisa para a Reforma Administrativa alterar", refletiu. (com Sindiserf-RS)



Plenária nacional dos empregados da Ebserh discute o ACT 2020/2021

Aconteceu nos dias 6 e 7, no auditório do Sindsep-DF, a plenária nacional dos empregados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) onde foram discutidas as reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021. Como se sabe, a maioria dos empregados optou pelo dissídio coletivo para o ACT 2019/2020 e a análise e prazos para a resposta do processo estão agora como Tribunal Superior do Trabalho (TST). Com isso, ficam mantidos os direitos dos empregados ao último acordo firmado. A Confederação protocola a proposta dos empregados sempre em dezembro.

O processo de negociação do atual ACT foi marcado por muitos impasses. Isso levou a Condsef/Fenadsef a solicitar a mediação do TST na negociação. Para a categoria houve uma posição omissa por parte da Ebserh em responder contrapropostas feitas e apresentadas pelos empregados que relataram um sentimento de desvalorização com a falta de diálogo por parte da empresa. Uma paralisação de atividades só não foi deflagrada, pois a categoria apostou na mediação junto ao TST. Não sendo possível a dissolução de todos os impasses, o caminho foi o dissídio. (Com Condsef)

GOLPE



Associação tenta enganar servidores da ex-Sucam

Ao contrário do nosso sindicato, a tal “associação” não tem histórico de lutas em prol dos intoxicados

Enquanto os agentes de endemias, também conhecidos por “malacos”, da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), hoje Fundação Nacional da Saúde (Funasa), lutam bravamente para que o Congresso reconheça que eles foram contaminados pelo Dicro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e o Malathion e desarquite a PEC 17/2014 que concede indenização e tratamento para os mesmos, o governo de Jair Bolsonaro continua tomando medidas abomináveis liberando abertamente produtos agrotóxicos proibidos na maioria dos países europeus.

Somos considerados o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), os brasileiros absorvem cinco litros de veneno a cada ano. O Dossiê Abrasco - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, diz que 70% dos alimentos in natura consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, segundo a Anvisa, 28% contêm substâncias não autorizadas.

O índice de mortalidade precoce dos servidores intoxicados, conforme levantamento realizado em diversos estados é gravíssima. Senão vejamos:

- De 383 óbitos registrados entre os servidores intoxicados, 55,87% (224 óbitos) ocorreram em idade abaixo dos 60 anos;

- Somente 12,53% (48 óbitos) alcançaram a expectativa de vida nacional que é acima dos 75 anos;

- Destes, aproximadamente 90% faleceram com menos de 30 anos após contato inicial de manuseio com o DDT.

APROVEITADORES - Longe das estatísticas estarrecedoras e da luta do Sindsep-MT, em conjunto com a Condsef/Fenadsef e outras entidades do norte do país, há uma trama envolvendo uma certa associação que está prometendo “resolver” o problema

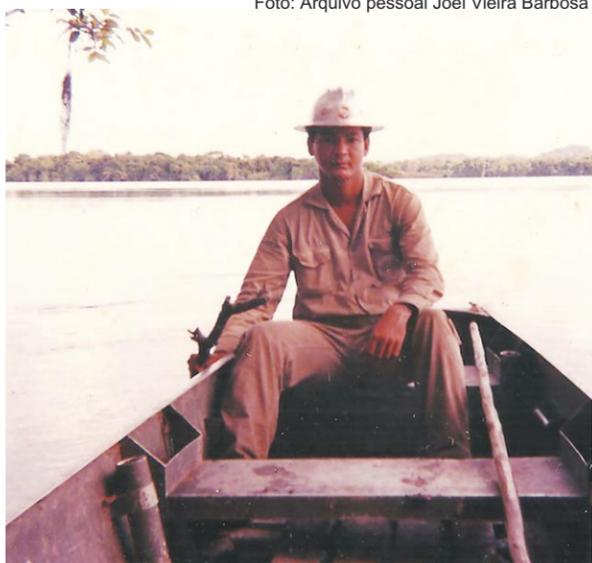
como num passe de mágica. “Mas todos sabemos que não é bem assim”, alerta o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida. Segundo ele, os oportunistas de plantão estão tentando ludibriar os servidores com promessas que sabemos não é real.

“Essa luta não é para amadores. Já tivemos projeto de lei aprovado em uma Casa e barrado em outra, como é o caso da PL 3.525/2012, de autoria do então senador Marcelo Crivella (PRB),

hoje prefeito do Rio de Janeiro, que concedia pensão vitalícia, no valor mensal de R\$ 2.500,00, estendida aos dependentes dos ex-servidores falecidos. Foi aprovado no Senado mas arquivado na Câmara Federal por falta de recursos”, disse Carlos.

A outra foi a Proposta de Emenda à Constituição 17/2014 que concedia indenização e tratamento aos ex-servidores mas infelizmente também está hoje arquivada. Segundo o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, foram feitas várias iniciativas este ano com a perspectiva de desarquivar a PEC 17. “Nós fizemos vários memoriais a senadores e deputados, principalmente os da região Norte, relatamos toda essa situação dos companheiros da ex-Sucam com problemas de intoxicação e solicitamos para que a PEC fosse desarquivada e que continuasse a tramitar no Congresso. Infelizmente a agenda que está andando no Congresso é só para retirar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste país”.

“Como podemos ver, não é num passe de mágica que se resolve o problema, como promete a tal associação”, diz Carlos Almeida. Os estados do Acre, Rondônia, Pará e Mato Grosso estão juntos com o deputado Mauro Nazif (PSB-RO) para aprovar a PEC 101/2019. No dia 7 deste mês, os diretores do Sindsep-MT, Maurício Rattacaso e Nelson Fortunato Ojeda, percorreram os corredores do Congresso Nacional protocolando nos gabinetes dos parlamentares de Mato Grosso, pedido de apoio para aprovar a PEC 101/2019 que concede plano de saúde aos servidores da extinta Sucam.



Servidor da Sucam enfrentava todo tipo de adversidades

AUDIÊNCIAS - O Sindsep-MT não mediu esforços para que o assunto fosse debatido em duas audiências com presença de centenas de servidores do estado. A primeira foi realizada em junho de 2013, em Sinop e a grata surpresa foi a fala do “malaco” Gumercindo Fagundes Lopes que emocionou a todos no

plenário da Câmara Municipal. Dias após, foi feito a audiência em Cuiabá, no auditório René Barbour, da Assembleia Legislativa com a presença de centenas de servidores e ex servidores e Jussara Griffó, diretora da Condsef/Fenadsef.

Além disso, o Sindsep-MT participou de outros eventos relativos no estado e em Brasília. Fica a pergunta para refletir: E o que essa tal “associação” ou o Sindseprev-MT fez até agora em favor dos intoxicados da Sucam?



UNIVERSO SINDICAL

Deputado quer acabar com 13º salário

A proposta altera a lei que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores. Pelo texto, nos casos que o empregado não houver completado 1 ano de trabalho, o 13º poderá ser devido pelo número proporcional de meses trabalhados. Os descontos previdenciários e de impostos de renda deverão ser recolhidos mensalmente, quando o trabalhador optar pelo adiantamento.

Na prática, se o projeto for aprovado e transformado em lei, vai acabar com o 13º salário, pois diluído em até 12 parcelas perde o objeto para o qual foi instituído há 57 anos, que é aquecer a economia em 2 períodos específicos do ano. No meio do ano, em junho, período de férias escolares, e em dezembro, também período de férias escolares e mês de festas.

Obviamente, esse projeto não prejudicará apenas os trabalhadores, mas, sobretudo o comércio, que é bastante beneficiado por essa renda extra que aquece esse relevante setor da economia. Não há nenhum mérito nessa proposição.

História - O 13º salário, gratificação ou subsídio de Natal é gratificação instituída em alguns países a ser paga ao empregado ou funcionário. O seu valor, embora variável, é geralmente aproximado ao de 1 salário mensal, podendo ser paga em 1 ou mais prestações, de acordo com a legislação laboral de cada país.

No caso do Brasil, o 13º é pago em 2 parcelas; 1 em junho, e a outra em dezembro, até o dia 15.

O 13º foi instituído no governo de João Goulart por meio da Lei 4.090, de 13 de julho de 1962, regulamentada pelo Decreto 57.155, de 3 de novembro de 1965 e alterações posteriores. (Fonte: Diap)

Trabalhadores de vários setores protestam na Câmara contra privatizações de Bolsonaro

A Câmara dos Deputados foi palco de um novo protesto, na terça-feira (10), contra a venda de empresas públicas pelo governo Bolsonaro. Centenas de trabalhadores de diferentes segmentos estatais se reuniram com parlamentares de oposição para fortalecer a luta contra as privatizações. As vendas e concessões de empresas nacionais estão no centro das disputas políticas em Brasília (DF). A maioria das propostas ainda precisa ser avaliada pelo Congresso Nacional

O governo projeta a privatização de empresas como Eletrobras, Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Casa da Moeda, Correios, Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Dataprev, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e Empresa Brasil de Comunicação (EBC), além de companhias de saneamento e parques nacionais, entre outros ativos.

Apesar de não ser oficialmente confirmada, a venda de bancos públicos também é defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, mentor e entusiasta do chamado Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o pacote de privatizações da gestão Bolsonaro.

O protesto desta terça-feira aglutinou trabalhadores de múltiplos setores, entre eles os de energia elétrica, abastecimento de água e esgoto, tecnologia da informação, comunicação pública e rede bancária. (Fonte: Brasil de Fato)

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2019/2022

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice-Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **Secretaria Geral:** Fernando Pivetta; **Adj. Secretaria Geral:** Damásio de Souza Pereira; **Secretaria de Finanças:** Gildásio Ferreira Gomes; **Adj. Secretaria de Finanças:** Luciano Marcio Gazzani; **Secretaria de Administração:** Enildo Gomes; **Adj. Secretaria de Administração:** Nelson Fortunato Ojeda; **Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **Adj. Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Edilson César Cunha; **Secretaria de Formação e Política Sindical:** José Olimpio da Silva Neto; **Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical:** Cícero José da Silva; **Secretaria do Interior:** Benedito Assis da Silva; **Adj. Secretaria do Interior:** Albir Alves de Brito; **Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Izabel Santana da Silva; **Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Conceição Corrêa Costa Itacaramby; **Secretaria da Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador:** Aderbal Castro Queiroz; **Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Manoel Martins; **Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Idivaldo Bernardes de Oliveira; **Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Joilson Ruas do Nascimento; **Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Sandra Cristina Ribeiro; **Suplentes de Direção:** I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Sérgio Balbino Ferreira; IV - Zózimo Matias de Amorim; V - Neuza Divina de Jesus; VI - Jacira Weis. **Conselho Fiscal - Membros Efetivos:** I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinêia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; **Suplentes do Conselho Fiscal:** I - Geovano Santos Moreira; II - Ademir Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

ARTIGO



FIM DA ESTABILIDADE É IMPRESCINDÍVEL?

Segundo a Condsef, com base em dados da CGU, desde 2003 um total de 16.681 servidores e empregados públicos vêm sofrendo penalidades severas e distintas, como demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão

*JULIANO MUSSE

*SÉRGIO RONALDO DA SILVA

A proposta de reforma administrativa que o governo deve apresentar sob a forma de proposta de emenda à Constituição intenta estabelecer novas regras para contratação de servidores, definir salários iniciais mais próximos aos do setor privado, endurecer as regras para promoções, flexibilizar o processo de demissão de servidores e reduzir o número de carreiras. Dentro desse escopo, um dos principais pontos é a tentativa de acabar com a estabilidade dos servidores públicos, sob a alegação de modernização e aprimoramento dos serviços, além de combater supostos privilégios. Não faz sentido!

Segundo a Condsef/Fenadsef, com base em dados da Corregedoria-Geral da União, desde 2003 um total de 16.681 servidores e empregados públicos vêm sofrendo penalidades severas e distintas, como demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão ou função comissionada. Deste número, 7.290 foram considerados inelegíveis, ou seja, proibidos de se candidatar a cargos políticos eletivos. Outros 3.768 foram permanentemente impedidos de ocupar cargos administrativos



na União. Apenas 10,2% foram reintegrados ao serviço, por anulação da penalidade.

Ora, se nos regramentos existentes do Regime Jurídico Único (RJU) já estão previstas possibilidades de avaliação e de monitoramento da atividade do agente público, além da aplicação de um amplo rol de sanções administrativo-disciplinares, que podem culminar com a expulsão de servidores estatutários da administração pública federal e se, de fato, servidores vêm sofrendo punições que culminam no banimento do serviço público, por que a necessidade da retirada de sua estabilidade?

Ademais, como ressalta a Afipea, a administração pública federal reúne também um abrangente leque de legislações adicio-

nais e auxiliares para questões relacionadas à ética, à conduta e ao conflito de interesses no âmbito público: a Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), o Decreto 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), o Código de Conduta da Alta Administração Federal, de 18 de agosto de 2000; o Decreto 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo); e a Lei 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses).

Corroborando com o entendimento de um impraticável fim da estabilidade um levantamento feito pela Condsef/Fenadsef no Senado Federal. Foi apurado que 27,1% dos parlamentares não têm definição de

posicionamento quanto ao tema da estabilidade. Outros 37% não quiseram se pronunciar sobre a matéria, o que demonstra o teor polêmico da discussão. Por fim, 19,75% defendem a estabilidade, enquanto 16% são contrários. No que tange a importância do Poder Legislativo, esses percentuais não são convincentes para se pôr fim à estabilidade no serviço público.

É preciso, de uma vez por todas, entender que uma coisa é aprimorar instrumentos existentes de avaliação, ética, conduta e desempenho dentro do serviço público; outra coisa, bem dispar, é incluir mais uma equivocada reforma, agora colocando o servidor como "bola da vez", sob a égide de uma imprescindível "transformação da máquina", tendo como pano de fundo a política de ajuste fiscal e uma redução do tamanho do Estado. Dessa vez a conta não será paga diretamente pela parcela mais pobre da sociedade, mas pelos profissionais que têm a missão de prestar serviços a essa sociedade, primando pelo seu bem-estar.

*SÉRGIO RONALDO DA SILVA É SECRETÁRIO-GERAL DA CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (CONDSEF/FENADSEF).

*JULIANO MUSSE É ECONOMISTA DO DIEESE/CONDSEF.

FELIZ MÊS DE JANEIRO 2020 ANIVERSÁRIO

NOME	DIA	NOME	DIA	NOME	DIA
ADELAIDE SOARES SODRE	07	GRACILDA GONÇALINA AMAJUNEP	10	MARIANE DA GUIA SILVA RAMOS	28
AFONSO PINHEIRO DE MORAES	24	GRACILMA ASSUNÇAO SOUZA	17	MARIO ALVES DA COSTA	19
AIR RIBEIRO DA COSTA	04	HELI ALVES DE SOUSA	01	MARLENE ALVES MARTINS	04
ALESSANDRO MARCELLO DA CRUZ SILVA	20	HELIO RANGEL SOARES	18	MATUZALEM CALIXTO AGUIAR	23
ALEXANDRE GEAQUINTO FERRI	26	HILDO CANUTO DA MATA SOUZA	19	MAURO JUVENAL DA SILVA	02
ALUISIO SOUZA SANTOS	13	HUMBERTO CLÓVIS KOTHE	12	MILTON TAKESSHI KAWAFHARA	27
ANTONIO GONCALVES DE QUEIROZ	07	IANA TERESA MOURA GOMES	05	MORGANA GOMES GONÇALVES	22
ANTONIO JOSE CINTRA FILHO	25	IGOR MAGNAVACCA BARROS	12	NADY ALVES DE SOUZA LIMA	06
ARY GONCALVES	08	INES GOMES ROSA	21	NELSON BATISTA DO REGO	04
BENEDITO EPIFANIO DE ALENCASTRO	21	INÊS SEBASTIANA ALMEIDA CAMPOS	21	NELSON DUARTE	02
BENEDITO SOARES DA SILVA	15	IZABEL MATHIAS DE OLIVEIRA	24	NELSON GOULART BRASILEIRO	13
BENEDITO VIEIRA DE AZEVEDO	30	IZAEL SANTANA DA SILVA	03	NELSON PEREIRA DE FIGUEIREDO	19
CARLA DA SILVA PASCHOALATTO	02	IZIDORO GONCALO DOS SANTOS	02	NEUSA MARIA BROCH COELHO	14
CARLITO GONCALVES	11	JANE DE OLIVEIRA TELES	03	NHAKAPRU METUKTIRE	20
CARLOS MOREIRA DE LIMA	12	JANETE FRANCISCA DE MORAIS CARVALHO	22	NILTON DONIZETE DE OLIVEIRA	08
CASSIO DE MELLO CAMPOS	04	JARDES TONE DOS SANTOS PACHECO	27	NILZA PIRES DE ARRUDA BUENO	21
CLARA GOMES DE SOUZA	08	JOAO BENEDITO DA SILVA	17	OLIVIA MARTINS DE SOUZA	30
CLAUDIA SANDRA DE ANUNCIACÃO	01	JOAO LEVINO DA SILVA	12	OREZINA GUSMAO OLIVEIRA	18
CLAUDILEIA BARROS DE GUSMAO	07	JOAO MARTINS DE SOUZA	12	ORISVALDO GONÇALO DE ALVARENGA GOMES	28
CLAUDIO SANTANA GUIMARAES	22	JOAO PAULO DE CAMPOS ALMEIDA	19	OSVALDO DE OLIVEIRA	09
CONSUELO MACAUBA DE PRADO	31	JOAO RAMOS DOS SANTOS	27	PAULO PEREIRA DA SILVA	30
CORDELIA MARIA DE MORAES RAMOS	20	JOAO VILELA ROCHA	31	RAFAEL SEBASTIÃO MOREIRA	20
DANIEL ANTONIO DE REZENDE	31	JOAQUIM DOS SANTOS LIMA	21	RAIMUNDO DE FRANÇA SOBRINHO	23
DIONE RAMOS MEROTTI	28	JOAQUIM PINERE XAVANTE	26	RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA	29
DULJON LAERTI BOLDRIN	03	JOEL VIEIRA BARBOSA	20	RALED ABDO AMIN	30
DURVAL VIANA	03	JORGE ESTADEUS CARVALHO PAUST	01	RAMAO RODRIGUES DA ROSA	24
EDILENE FERREIRA LIMA	12	JORGE FONSECA	07	REMIGIO JOÃO DA SILVA	13
EDILENE GIANELLI LOPES	06	JORGE GONCALO GOMES IBANEZ	03	RENATO RODRIGUES DA SILVA	05
EDITE DA SILVA SANTOS	13	JOSE ANCHIETA DIAS	27	ROGERIO ROQUE RUBERT	02
EDSON DE SOUZA MEIRA	14	JOSE CARLOS BEZERRA	10	ROMULO DE GODOY DAMASCENO	10
EDSON RICARDO PERTILE	07	JOSE CARLOS VIEGAS	02	ROSALINA LEITE NASCIMENTO	17
ELIANA APARECIDA DA COSTA	05	JOSE LEITE DE BRITO	29	ROSANO MAURO CONCEIÇÃO DA COSTA	15
ELIZETE FERREIRA DA SILVA	21	JOSE MARIO DA SILVA FILHO	17	ROSELI GONCALINA CORREA CAMPOS	05
ENOC DIAS REIS	29	JOSE MIGUEL DE OLIVEIRA	05	RUTH ELCI BUCCO GUERRA	06
ERNESTO SOARES LEITE	02	JOSE NOGUEIRA BASTOS	01	SAMOEL RODRIGUES COIMBRA	05
EZEQUIEL SOARES MOTTA	05	JOSE PAULINO DA SILVA	01	SANTILIA DO PRADO ZADOLINNY	18
FATIMA MUZZI	09	JOSE SEBASTIAO DE ARAUJO	19	SATIRIO RODRIGUES DE BARROS	12
FLAVIO INACIO SCHARDONG	09	JOSEFINA JACINTO DA MOTA	24	SEBASTIANA DA SILVA PEREIRA	20
FRANCISCA ALVES PARABA RUBÉ	30	JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA	24	SEBASTIANA DE ALMEIDA LIMA ZAZATT	19
FRANCISCO CASSIANO DA SILVA	29	JOSIAS APRIGIO DE ALMEIDA	18	SEBASTIANA MARIA DUARTE DE CAMARGO	20
FRANCISCO DE ASSIS COSTA	16	KLEBER DE MIRANDA	29	SEBASTIANO EDMUNDO ABREU	20
FRANCISCO ITSARIPI A OMORE	06	LAERCIO COELHO PINA	26	SILVANETE RIBEIRO DA SILVA	21
GIDELSON DE ARAUJO	05	LANDIVAL SANTOS MEDEIROS	09	SILVIA CRISTIAN DA SILVA	21
GILDA BARRADAS	17	LENNON RODRIGUES SILVA	03	SUELI CAETANO MOREIRA	19
GILDASIO FERREIRA GOMES	08	LUCIANO MARTINHO DA SILVA	08	SULAMIRTES MARCONDES DE ARRUDA	31
GILMAR VIEIRA SILVA	19	LUCIANO PESTRE COUTINHO	22	TANIA RIBEIRO BATISTA	10
GRACILDA GONÇALINA AMAJUNEP	10	LUCINDA MARIA DA SILVA FIGUEIREDO	07	VAIL SANTANA DA SILVA ALBERNAZ	22
		LUCIVANI FERREIRA DA SILVA	21	VALDENIR BATISTA DE OLIVEIRA	03
		MANOEL MARTINS	13	VALERIA SILVA MARIANO	20
		MANOEL PEREIRA LIMA	06	VERA LUCIA NASCIMENTO ABREU	08
		MARCIO RAMOS	18	VICENTE BEZERRA DOS SANTOS	05
		MARIA AUXILIADORA NEVES BOMFIM	20	VICENTE MARTINS DE CARVALHO	13
		MARIA DA CAMARA MORAES	27	VILIDIANA MORAES MOURA	01
		MARIA DE JESUS CARVALHO	25	ZACARIAS MENDES DA COSTA	18
		MARIA LUCIA DE SOUZA WONSOSCKY DUARTE	20	ZEFERINO DIAS	08
		MARIA THEREZA GARCIA BELEM	10	ZENILDA FLORES FIGUEIREDO	27
		MARIANA RODRIGUES DOS SANTOS	01		